

A FORMAÇÃO DOS PAPÉIS SEXUAIS: Uma Visão Psicodramática da Dinâmica de Gênero

Maria Luíza Siqueira*

INTRODUÇÃO

Numa aproximação teórica mais abrangente, a consideração dos estudos existentes sobre os papéis sexuais leva à conceituação de gênero, que corresponde ao sexo sociológico, ou seja, às diferenças sexuais masculinas e femininas construídas a partir do aprendizado social. Assim, a partir da conexão entre o individual e o coletivo ocorre a aprendizagem da identidade de gênero. Esta, em geral corresponde à maneira individual como alguém percebe ou apreende as "diferenças naturais" entre os sexos (Chodorow, 1990; Romani, 1982).

A diferenciação dos papéis sexuais encontra suas raízes históricas na delimitação e separação do espaço público e privado, no início das civilizações agrárias primitivas. A prevalência de uma cultura de coleta e de caça aos pequenos animais foi sendo substituída pela caça aos animais maiores e pelo arado. Atribui-se a agricultura simples às mulheres, pela analogia dos ciclos da natureza com os de seu próprio corpo, e aos homens a invenção do arado. Evoluindo-se de uma vida nômade à fixação na terra, foram se formando os primeiros aglomerados humanos, até se chegar a civilizações mais complexas. As relações de parentesco e constituição familiar tiveram relevante papel nos processos de divisão social e sexual do trabalho. As tarefas de cuidados da prole foram sendo assumidas pelas mulheres no espaço privado e os homens se dirigiram ao espaço público, que foi sendo gradativamente valorizado (Muraro, 1991; Reis, 1984).

As características femininas de docilidade e submissão estão ligadas a essa divisão de espaço e à relação de poder entre os sexos, sendo bastante arcaica a aceitação pelas mulheres de sua situação de inferioridade social e opressão, mesmo que conscientemente lutem contra ele. Muraro (1991) descreve este mecanismo com bastante clareza, ressaltando historicamente a identificação masculina com o poder dominante e a feminina com a dominada, o que vai se estruturando desde a infância. Chodorow (1990) menciona que a dominação das mulheres pelos homens é paralela à dominação do espaço privado pelo público. Ortner (1979) considera que a

* UFPE-CE-Dep. de Psicologia e Orientação Educacional

secundariedade do status feminino é um fato pan-cultural, sendo profundamente mantido por um discurso patriarcal de natureza altamente persuasiva. Suas consequências são facilmente detectáveis na desvalorização social e de remuneração das ocupações tipificadas como femininas.

Maternidade e Magistério Feminino

Historicamente, foi atribuída às mulheres a principal responsabilidade pelo cuidado de crianças, tendo a maternidade se constituído em um instrumento de sujeição das mulheres. Isto foi analisado por diversos pesquisadores, dentre eles Chodorow (1990), Badinter (1985) e Gay (1988).

Chodorow expõe sua interpretação da submissão feminina, elaborando uma articulação entre dados históricos, antropológicos e a teoria psicanalítica. Segundo ela, a maternação (termo traduzido do Inglês: *mothering*) embasa a estruturação dos âmbitos público e doméstico, a posição das mulheres neste último e a hierarquia superior do domínio público. Relaciona este modelo de hierarquia aos processos de identificação masculina e feminina que ocorrem na infância, enfatizando o efeito do papel universal da mãe na formação da personalidade do homem e da mulher. As meninas são culturalmente preparadas para a maternação, introjetando, em geral sem grandes conflitos, qualidades consideradas adequadas a essa função, tais como: paciência, docilidade e abnegação.

Badinter (1985) demonstrou que o instinto maternal se constitui um mito, tendo o culto à maternidade se estruturado a partir de um discurso econômico. Este foi voltado à necessidade de se combater a negligência nos cuidados infantis, comum na Europa em torno do século XVIII, cujas consequências eram drásticas: invalidez, doenças, e alta taxa de mortalidade infantil, e conseqüente diminuição de súditos. A partir da ideologia patriarcal vigente, foi dado um enfoque enaltecedor à maternidade, como forma de alcançar felicidade e realização. Esta realização seria alcançada pelas mulheres com a procriação e cuidados à saúde e educação infantis, sendo assim atribuída à mulher a função "natural" de educadora.

Ao discurso econômico associaram-se os discursos pedagógicos, religiosos e moralistas da época, tendo posteriormente surgido a contribuição da psicanálise. As meninas foram sendo instruídas para o papel de educar, tendo também esse aperfeiçoamento o destino do magistério, caso viesse a necessitá-lo para sua sobrevivência. Badinter mostra desse modo a ligação entre a maternidade e o magistério feminino, que se fundamentava na mesma ideologia de natureza da mulher quanto à maternidade.

Sabendo-se que a civilização francesa dessa época exerceu notável influência cultural, tanto nos países colonizadores como nos colonizados, torna-se facilmente compreensível a transmissão da ideologia que prega devotamento, abnegação e sacrifício à maternidade e ao magistério feminino, até nossos dias.

Conceitos Psicodramáticos Relacionados à Dinâmica de Gênero.

Procurando compreender o processo psicológico de formação dos papéis sociais sexuais, podemos nos remeter à teoria do Psicodrama de Jacob Levi Moreno, a qual engloba uma diversidade de conceitos e princípios, dentre os quais o de papel é um dos mais centrais. Moreno (1978) concebe o papel como uma unidade cultural de conduta, definindo como "a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos" (p. 27). O indivíduo possui assim, diferentes papéis no decorrer de sua existência, através dos quais interage com o mundo que o cerca.

Para cada papel haverá sempre um contra-papel, e entre eles um vínculo operacional (mãe-filho, médico-paciente, professor-aluno).

Outro conceito a se destacar na teoria moreniana é o de matriz de identidade, que ele considera o *locus nascendi* dos papéis e do eu. Segundo o autor citado, o surgimento do eu é posterior ao desempenho dos papéis, emergindo o eu a partir deste desempenho. Moreno referiu que a matriz de identidade "lança os alicerces do primeiro processo de aprendizagem emocional da criança" (Moreno, 1978, p.112). Assim, ao nascer, o ambiente familiar já está preparado para receber a criança, em termos de expectativas, estratégias para o atendimento de suas necessidades e outras manifestações que indicam reações a nível individual e grupal.

Considera-se que outro conceito central da teoria psicodramática é o de espontaneidade, que o citado autor definiu operacionalmente como a capacidade de responder adequadamente a situações novas ou dar novas respostas a situações já estabelecidas. Moreno o localiza no âmbito da expressão individual, entre a hereditariedade biológica e as forças sociais, da qual surge a criatividade. Ressalta a origem latina do termo espontaneidade: sponte, significando de livre vontade, envolvendo consciência, escolha.

Estudiosos e seguidores da teoria moreniana, tais como Fonseca (1980) e Naffah (1979), considerando a definição de Moreno sobre papel, como unidade cultural de conduta, ressaltam haver nele, além do seu denominador coletivo, o seu diferenciador individual, onde o fator espontaneidade tem grande importância.

O condicionamento social por normas, regras, bem como o conhecimento científico e tecnológico acumulados corresponde a outro conceito moreniano: o de conserva cultural.

Segundo Moreno, pode ocorrer um bloqueio da espontaneidade quando há uma exacerbação de condicionamento de respostas à conserva cultural. Ela se relaciona estreitamente com a matriz de identidade, na medida em que o grupo social estabelece as normas de tratamento ou relacionamento com a criança, através da conserva cultural. A criança, assim, vai internalizando as peculiaridades de seus vínculos, inicialmente familiares (mãe, pai, irmãos), e posteriormente em outros grupos.

Esclarecendo como Moreno concebeu o conceito de identidade, Aguiar (1988)

expõe que a criança ao nascer encontra o ambiente familiar estruturado em suas normas e expectativas, inserido num coletivo maior, ou seja, num contexto sócio-histórico-político-econômico. A sua identidade vai se estabelecendo através do fenômeno relacional entre o individual e o coletivo. O processo de identidade não se limita à identificação pela auto-percepção de semelhança a alguém., A criança vai estruturando e fortalecendo sua auto-imagem através do reconhecimento de singularidades no processo de introdução e articulação no núcleo familiar e suas extensões. O sentimento de pertinência que se desenvolve extrapola a afiliação, levando ao estabelecimento de mútuas expectativas entre o indivíduo e a coletividade.

Estas considerações podem ser articuladas às estabelecidas pelo Grupo CERES (1981) quando afirma que o discurso da sociedade patriarcal apresenta um padrão de feminilidade expresso num cotidiano de dominação masculina, onde geralmente espera-se da mulher atitudes de passividade e subordinação. Através disso, a identidade feminina é construída pela complementariedade de papéis numa cultura masculina, onde "a mulher se faz para o outro" (p.352). Fazendo-se um paralelo com as concepções morenianas, os diferentes papéis e seus vínculos, que a mulher experimenta na sua evolução de vida, sendo fundamentais para a sua auto-identidade, são permeadas pelas exigências sociais diferenciadas por sexo.

Romani (1982) cita estudos antropológicos que demonstram não existir um caráter universal de divisão de papéis sexuais, sendo específicos de sociedade para sociedade. Embora possam partir de uma caracterização biológica, são permeadas pelas relações de poder entre os sexos, levando à definição de representações e expectativas de comportamentos masculinos e femininos.

A partir da reflexão sobre esses conceitos, pode-se inferir a compreensão do processo de tipificação sexual e identidade de gênero. Ou seja: a consideração da força da conserva cultural para a identidade social sexual. Este fenômeno obviamente extrapola o ambiente familiar. Entre outros contextos, a escola tem sido apontada como reprodutora de padrões sexistas de relacionamento (Rosemberg et alii, 1982; Barros, 1984).

Estudos têm demonstrado que a ideologia patriarcal influencia não só o currículo oficial da escola, mas um poderoso currículo paralelo, de conteúdo nem sempre explícito. Assim, valores, crenças e mitos são veiculados pelos agentes educacionais, através de suas atitudes e comportamentos, por vezes não intencionais, sendo a pessoa da professora apontada como um modelo de vida de grande significado (Belotti, 1985; Lück & Carneiro, 1983).

Pode-se daí inferir que os mecanismos de reprodução da ideologia patriarcal encontram na escola um meio fecundo. Mas, em contradição, também nela pode ocorrer a oportunidade de reavaliação do que tem sido transmitido pela família ou outros grupos. Se no seu espaço for promovida uma real conscientização do processo interpessoal pelo qual são elaborados os vínculos entre os papéis e o desenvolvimento destes papéis, a cristalização dos mesmos em formas estereotipadas do atuar masculino e feminino poderá ser evitada ou ao menos minimizada.

Este processo de conscientização envolveria por parte professores e outros agentes educacionais uma aproximação crítica da realidade, que permitisse desvelar a força da conserva cultural na identidade social sexual. Nisto, torna-se fundamental ressaltar-se o fator espontaneidade. Moreno defendia que a educação deveria ter como centro de sua estrutura a espontaneidade. Ampliando sua definição operacional e articulando este conceito com a relação sujeito-mundo, Naffah (1979), afirma que:

a espontaneidade consiste sobretudo numa capacidade de se abrir perceptivamente, alargando seus horizontes espacial e temporalmente e reconquistando através da ação a continuidade de sentido do mundo que se transforma; é reconquistar-se como parte integrante e atuante na situação; é fazer-se uma presença (p.48).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Moisés. Teatro da anarquia: um resgate do Psicodrama. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROS, M.T.K. Educação sexista na Pré-Escola. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFF, 1984.
- BELLOTTI, Elena Gianini. O drama e as esperanças da mulher do "Terceiro Mundo". O Correio da Unesco, 3 (10-11): 42-47, 1975.
- _____, Educar para a submissão: o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: M. Z. Rosaldo & L. Lamphere (coord.) A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____, Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- FONSECA Filho, José S. Psicodrama da loucura: correlações entre Buber e Moreno. São Paulo: Ágora, 1980.
- GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GRUPO CERES. Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LÜCK, Heloísa & CARNEIRO, Dorothy G. Desenvolvimento afetivo na escola: promoção, medida e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MORENO, J. L. Psicodrama. São Paulo: Cultrix, 1978.

MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, Os seis meses em que fui homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

NAFFAH Neto, Alfredo. Psicodrama: descolonizando o imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NOVAES, M.E. Professora primária: mestra ou tia? São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986.

ROMANI, Jacqueline Pitanguy. Mulher: natureza e sociedade. In: Made T. Luz (org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ROSEMBERG et alii. A educação da mulher no Brasil. São Paulo: Global, 1982.